

GÊNESE E CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: APONTAMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA EM CONTRADIÇÃO

*Genesis and historical constitution of educational philosophy discipline in Brazil:
some notes on a trajectory in contradiction*

*Armindo Quillici Neto¹
Roberto Valdés Puentes²
Orlando Fernández Aquino³*

RESUMO

Este artigo desenvolve uma reflexão sobre o surgimento e a constituição da disciplina de Filosofia da Educação no Brasil, desde o período colonial até a segunda metade do século XX. Demonstra que a disciplina teve lugar garantido nos cursos de formação de professores. Porém sua constituição sempre esteve em “crise” quando se tratava de discutir seu verdadeiro papel. Mostra que a Filosofia da Educação se confundia com a própria Filosofia, com a História da Filosofia e até mesmo com a História da Educação, justificando a dificuldade de estabelecer a sua identidade. Retoma alguns autores que trabalham com a Filosofia da Educação, além das discussões legais a respeito da instituição desta disciplina.

Palavras Chave: História - Filosofia – Educação – Legislação

ABSTRACT

This article develops a reflection on the emergence and constitution of the Educational Philosophy discipline in Brazil since the colonial period up to the second half of the twentieth century. It demonstrates that the discipline had its place guaranteed in the teacher’s formation courses; however its constitution was always on the increase, when it comes to discuss its real role. It shows that the Educational Philosophy mixed with the Philosophy itself, with History of Philosophy and even with the History of Education, justifying the difficulty to establish its identity. It retakes some authors that have worked with Educational Philosophy, besides the legal discussion concerning the institution of this discipline.

Keywords: History- Educational - Philosophy- Legislation

¹ Professor de Filosofia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Contato: armindo@pontal.ufu.br

² Professor de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Contato: robertopuentes@faced.ufu.br

³ Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Doutor em Ciências Pedagógicas pelos I.S.P Félix Varela (Cuba). Contato: ofaquino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a trajetória e a gênese da disciplina de Filosofia da Educação no Brasil e intenta a busca da sua identidade desde os jesuítas até o período contemporâneo. A reflexão é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo avaliar o lugar e o papel que foi concedido a essa disciplina nos cursos de formação de professores.

O percurso da disciplina Filosofia da Educação revela uma contradição entre o papel da Filosofia na formação da concepção das pessoas e da sociedade e a constituição da Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores. Constatou-se que, até o início do século XX, os estudos concentravam-se nas análises da própria filosofia. Somente com o surgimento dos cursos de formação de professores e com o surgimento das Faculdades de Educação é que se pode afirmar a existência da disciplina de Filosofia da Educação e uma aproximação do debate entre a Filosofia e a Educação. Há que se destacar que, no início dos cursos de formação de professores, a Filosofia da Educação se confundia com a História da Filosofia e até mesmo com a História da Educação.

Para esta análise, aponta-se a Filosofia trabalhada pelos Jesuítas, a presença de uma concepção mais próxima do Iluminismo, defendida pela Reforma Pombalina, a inserção do Positivismo, os indícios de uma visão Empirista, que aparece no Brasil durante o século XIX, bem como o Pragmatismo que foi sustentado pela vertente escolanovista. Faz-se uma explicitação sobre a presença da disciplina no contexto do surgimento das Faculdades de Educação durante o século XX, e apontamentos de algumas obras expoentes que refletiram sobre o sentido da Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores no Brasil.

A formação filosófica não é muito recente nas escolas do país, no entanto há pouca clareza sobre o papel da Filosofia para a formação das pessoas e de seu significado nos cursos de formação de professores. A opção por alguns autores mais legalistas se justifica uma vez que se quer encontrar algumas raízes da Filosofia presentes na legislação educacional.

Buscar a gênese e a identidade da disciplina de Filosofia da Educação torna-se um desafio permanente, porque estudos históricos sobre o tema apontam para a ideia de fragmentação da Filosofia, no entanto ela sempre esteve presente nos projetos de educação, tanto nos projetos dos religiosos do período da colonização, como também nos projetos dos Estados laicos. Pode-se dizer que, já no período da colonização, os Jesuítas dispunham de uma preocupação com a Filosofia orientadora do pensamento e das concepções acerca do homem, da sua relação com os outros homens e com o mundo, e a Filosofia sempre esteve vinculada às disciplinas da chamada “área de fundamentos da educação” ou “ciências da educação”, o que garantiu a presença permanente da Filosofia nas reflexões sobre a educação.

O que se propõe, neste texto, não é um aprofundamento histórico sobre os vários momentos em que a Filosofia e a Filosofia da Educação estiveram presentes na formação do sistema educacional brasileiro, mas mostrar os apontamentos de concepções que nortearam sua realização. Muitas das questões indicadas no texto não serão aprofundadas, ficarão para outro momento.

1. Apontamentos históricos sobre a trajetória da Filosofia na educação brasileira

As primeiras normas de estudo na Companhia de Jesus foram as *Constituições, e foi*, depois de Santo Inácio e da prova prática dos Colégios, que se organizou, então, a *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos Jesuítas. O primeiro esboço da *Ratio* data de 1586, e promulgou-se, depois da impressão definitiva, como lei geral da Companhia de Jesus, no dia 8 de Janeiro de 1599. (LEITE, 1938, P. 71)⁴. Havia, além da *Ratio*, certas ordenações, adaptadas aos diversos países, pedidas pelas circunstâncias locais. Também a constituição das três faculdades de Letras Humanas, Artes e Teologia, ciclo geral dos estudos na Companhia de Jesus, ciclo longo, porque para um Jesuíta a ciência é absolutamente necessária, *quási* tão necessária como a virtude. Registra-se que, no Brasil, “nos Colégios propriamente ditos, devia haver, por direito, algumas aulas de ensino secundário, pelo menos Gramática ou Humanidades. Fora dos Colégios existia nas casas espalhadas pelas capitânias, escola de ler, escrever e cantar. Mas este ensino primário pode e deve considerar-se o prolongamento da catequese”. (LEITE, 1938, p.72).

O sistema de ensino dos Jesuítas, a *Ratio Studiorum*, estava centrado numa visão de unidade do Professor, do método e da matéria. Todos os professores deveriam seguir o mesmo método de ensino, pois isso assegurava o “cultivo da disciplina, da atenção e da perseverança nos estudos (...)”. (CUNHA, 1986, p.26). A “fórmula de aprovação da Companhia de Jesus, apresentada pelo Papa Paulo III, diz que esta foi fundada “para dedicar-se principalmente ao proveito das almas, na vida e doutrinas cristãs, e para a propagação da fé (...)”. (LEITE, 1989, p.92).

Sobre a Filosofia, é importante, ainda, demonstrar que o curso de Artes ou Filosofia aparece pela Primeira vez no Rio de Janeiro, e um século depois teria denominação semelhante a do “Real Colégio das Artes de Coimbra, por ser também como ele os da Bahia e Olinda, de fundação Real”. Em 1649, o número de cursos de Filosofia da Companhia de Jesus atingia 21. (LEITE, 1945, p.4). Os Jesuítas foram, sob muitos aspectos, a mola mestra de um projeto de educação que se apresentava como o grande desenvolvimento de uma pedagogia moderna. Sob outro ponto de vista, os Jesuítas, por meio do saber científico, aplicavam uma espécie de manipulação da ideologia católica, que era muito presente. “Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar um homem concreto para viver no cenário deste mundo”. (FRANCA, 1952, p.75). A concepção ou a Filosofia da Educação presente na *Ratio* implica raízes e

[...] princípios fundamentais de uma educação verdadeiramente humana. Para sua elaboração, contribui a sabedoria antiga, o cristianismo com o tesouro de suas verdades profundamente iluminadoras de nossa natureza, a Idade Média com a riqueza de suas experiências filosóficas, o Renascimento com todas as suas preocupações de elegância e arte (FRANCA, 1952, p.76).

⁴ Leonel Franca comenta que a primeira versão da “Ratio” (1.586) não era um tratado de pedagogia, “mas uma coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas”. Em 1599, A primeira versão foi substituída. (FRANCA, 1952, p.44).

O caráter humanístico da *Ratio* se prende ao fato de explicitar uma valorização dos estudos que tornam os homens mais homens. O ensino do latim era visto como fundamental para a formação do homem, comportando dois grandes momentos na formação do indivíduo; a educação secundária e o ensino universitário. Enquanto no primeiro o ensino estava preso à formação humanística, de caráter mais artístico, o segundo tinha como objetivo o ensino de modo científico. Sobre a Organização e Plano de Estudos da Companhia de Jesus, encontram-se alguns elementos importantes: quanto aos professores do curso de Filosofia, deveriam ter concluído o curso de Teologia, para que a doutrina tivesse segurança e fosse mais útil à teologia. E mais, para aqueles que tivessem inclinação a novidades, os demasiados livres nas opiniões deveriam, sem hesitações, ser afastados do magistério. No estudo dos escolásticos, o curso de Filosofia teve duração de três anos e não menos. (FRANCA, 1952, p.123).

Para definir a concepção de Filosofia que está implícita no método dos Jesuítas, faz-se necessário identificar de forma mais ampla as questões históricas que o envolviam. A *Ratio* tem um vínculo com a concepção “tomista”, por um lado, está inspirada nas concepções de Aristóteles; por outro, abarca uma influência do movimento renascentista europeu, dando importância ao conhecimento científico que provinha da razão humana, capaz de realizar a felicidade do homem.

Em contrapartida ao momento da concepção defendida pelos padres Jesuítas, tem-se o período da Reforma Pombalina da Educação. Registra-se que, em 1759, os jesuítas foram expulsos pelo reino português, momentos de grandes transformações políticas, econômicas e culturais ocorreram em Portugal, repercutindo de maneira muito profunda na educação do Brasil, especificamente, na Filosofia, que se fazia presente, além de um vínculo com o Iluminismo, uma oposição à “era das trevas” da Idade Média. O Iluminismo, movimento intelectual do século XVIII, consistia na celebração da razão em oposição a qualquer religião revelada, consistente com a fé na ordem racional do mundo, na exaltação da ciência experimental e da técnica. O Iluminismo “era a continuação, pela física de Newton, da mecânica de Galileu”, ou ainda, “completava o renascimento e criava o espaço (ideológico) para o surgimento de doutrinas democráticas”. (CUNHA, 1986, p 44).

A reforma da Universidade de Coimbra⁵, de 1770, talvez seja a mais conhecida medida educacional de Pombal. Às quatro faculdades maiores, de Teologia, Cânones, Direito e Medicina, foram acrescentadas as de Matemática e de Filosofia, destinadas ao ensino das Ciências Naturais. O conhecimento da natureza transformou-se na principal atividade não só da Faculdade de Filosofia, mas também das de Direito e de Medicina. Essa reforma, em Coimbra, significou a transformação da velha Universidade na criação da Universidade Moderna, mais aberta ao pensamento Newton, Descartes, por exemplo.

Com a Reforma, foi criada uma “faculdade de Filosofia que, além de manter aquele objetivo propedêutico, assumiu a responsabilidade do ensino das Ciências Naturais”.

⁵ “A paisagem escolar adquiriu, sem dúvida, a maior variedade de aspectos, com a introdução do ensino de Grego e do hebraico, das línguas modernas, como o francês e o Inglês e, sobretudo, das ciências matemáticas, físicas e naturais, na Universidade de Coimbra que passou em 1772, por uma profunda transformação - a mais importante das reformas de estudos universitários de Portugal”. (AZEVEDO, 1971, p. 550).

(CUNHA, 1.986, p. 53). Para isso, é oportuno lembrar-se dos pensadores que, na Europa, já vinham anunciando uma nova visão de homem, que se instaurou a partir do século XIV, XV e XVI: os enciclopedistas, Diderot, d’Alembert e o pai da Pedagogia Moderna, que foi Rousseau.

Manacorda (1989), por exemplo, vê em Bacon, Comênio e Leibniz, ou seja, todo o século XVII e a primeira metade do século XVIII, “*a grande virada na história da cultura*”. A escola estatal, na Segunda metade do século XVII, ganhara um significado preponderante:

[...] em 1763, aparecia o *Essai d’éducation national* de Louis René de la Chalotais (1701 – 85), um dos protagonistas da expulsão dos jesuítas da França, apreciado por Voltaire. Neste ensaio, ele protestava contra a tradicional expulsão dos leigos do ensino e reivindicava uma educação que dependesse somente do Estado, porque, dizia: “é justo que os jovens do Estado sejam educados pelo pessoal do Estado”. “Na Alemanha, Johann Bemhardt Basedow (1723 – 90), uma figura discutida, que Kant apreciou, Herder desprezou e Marx depois escarnece, sustentava a laicidade e a estabilidade do ensino (MANACORDA, 1989, p. 245).

Com o fechamento dos Colégios Jesuíticos, na Bahia, em Recife, em Olinda, em Piratininga, no Rio de Janeiro, em São Luís, em Belém e em Mariana, deu-se a criação de cursos superiores no Rio de Janeiro e em Olinda. No curso do Rio de Janeiro, a Filosofia aparecia nos *Estudos Maiores*, que funcionavam em um convento e dividiam-se em dois cursos, “*o de filosofia e o de teologia*”. O curso de Filosofia era propedêutico ao segundo ano. No primeiro ano, estudava-se Filosofia Racional, compreendendo a Lógica e a Metafísica. No segundo ano, Filosofia Moral, abrangendo Ética e Direito Natural. No terceiro ano, estudava-se a Filosofia natural dividida em Geometria Elementar, História Natural e Física Experimental. (CUNHA, 1986, p. 58)⁶.

O curso de Filosofia de Olinda estava estruturado dentro das ideias pedagógicas mais progressistas da época, havia uma concepção pedagógica inspirada no verdadeiro método de estudar, o do padre Luiz Antonio Verney. Este autor inspirou-se nos pensadores que elaboravam as bases da ideologia da sociedade moderna e capitalista, principalmente em John Locke (CUNHA, 1986, p. 61)⁷. Desta forma, a Filosofia tinha lugar cativo nos seminários, formava os sacerdotes para exercerem o papel de agentes de modernização econômica. A Filosofia deixava de ter um caráter meramente abstrato

⁶ “Foram criadas no Brasil, aulas de grego, hebraico, filosofia, teologia, retórica e poética, desenho e figura, aritmética, geometria, francês, quase todas independentes, funcionando em locais distintos. Entretanto essa “fragmentação” da cultura veiculada pela escola não chegou, segundo Azevedo, a provocar maiores danos para a unidade cultural da Colônia”. (CUNHA, 1986, p. 55).

⁷ “Os estudos do seminário começavam pelo curso de gramática, também chamado de latinidade, com três anos de duração. No segundo ano, os alunos passavam a traduzir textos de Suplício Severo, César e Cícero. No terceiro, traduziam Salústio, Tito Lívio, Terêncio, além de alguns poetas latinos”. (CUNHA, 1986, p. 62). “O curso de Filosofia tinha dois anos de duração, após o de retórica. No primeiro ano, era estudada a ‘lógica, a Metafísica, a Ética e parte da Física Experimental (compreendendo a mecânica, a hidrostática e o princípio das máquinas)”. (CUNHA, 1986, p. 63).

e buscava uma realização mais concreta, visto que a influência das transformações científicas da época apontava tais mudanças.

O movimento de mudanças nas concepções filosóficas não pode ser entendido de maneira desarticulada com o que já havia ocorrido em momentos anteriores, essencialmente em relação ao período mais próximo do Iluminismo. Por exemplo, com a vinda da família real, ocorreram mudanças significativas, tanto no plano econômico e político, como também, e particularmente, no da Educação e da Filosofia. Durante a Segunda metade do século XIX, com o impulso da criação dos cursos superiores, que preparavam a elite intelectual de jovens para o poder, surgiu uma corrente de pensamento que proclamava o fim da Escolástica e cultuava a abertura em relação ao pensamento moderno. Embora estudiosos da época evidenciem que, sobretudo na primeira metade do século XIX, não houvesse o menor indício de uma consciência filosófica configurada, o Brasil recebeu influência de uma corrente filosófica denominada de Ecletismo. Esta concepção, fundada no

[...] naturalismo, no liberalismo econômico, cujos adeptos adquirem influência crescente na esfera política – não desembocava em movimento filosófico, digamos, nos moldes do empirismo inglês”. “(...) Ao mesmo tempo, a receptividade às ideias ético-políticas trazidas à baila pelas revoluções Americana e Francesa não chega a adquirir maior consistência. Pelo menos não desemboca em qualquer corrente de opinião proeminente e destacada (PAIM, 1974, p. 180).

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), pensador que aderiu à corrente do *ecletismo esclarecido*, foi quem se incumbiu de “preparar os espíritos na busca de conteúdo para aquela doutrina que o Visconde de Uruguai denominaria de ‘ecletismo esclarecido’ (...)”. (PAIM, 1974, p. 180). Professor da cadeira de Filosofia Racional e Moral do Colégio das Artes de Coimbra, viveu sete anos na Alemanha (1802 – 1809), onde acompanhou de perto a evolução do Kantismo, tendo assistido às conferências de Fichte e Schelling. Veio ao Brasil em 1809, permanecendo até 1821.

No Brasil, ministrou um curso de Filosofia no Real Colégio de S. Joaquim, antigo seminário. Reinterpretou Aristóteles segundo cânones empiristas e situou-se em Locke e Condillac como seu desdobramento natural, sendo que pretendeu harmonizá-los num sistema que tivesse a grandiosidade da Escolástica, preservasse as conquistas de Verney e lhes assegurasse o desenvolvimento coerente no plano ético. (PAIM, 1974, p. 181).

Nas *preleções filosóficas* sobre a teoria do discurso e da linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia, denominação dada ao curso de Silvestre, apresentou as seguintes teses:

- 1) os fundamentos últimos de todas as ciências repousam na experiência sensível;
- 2) Embora extremamente complexo, lento e perfectível, o processo de elaboração e sistematização dos conhecimentos empíricos tem sua unidade assegurada:
 - a) pela identidade da razão humana; e,
 - b) pela correspondência existente entre linguagem e realidade;
- 3) A filosofia é a disciplina que comanda e assegura o êxito do aludido processo.

Portanto, há afirmações de que a “*corrente eclética representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil*”. Baseado nas ideias de Victor Cousin (1792 – 1867), professor de Filosofia na Escola Normal de Paris desde 1814, sob Luiz Felipe, chegou a reitor da universidade e Ministro da Instrução Pública. O sistema apresentado por Cousin era denominado de *ecletismo espiritualista* e passou a ser uma espécie de Filosofia oficial na França. (PAIM, 1974, p. 204). Sua Filosofia funda-se em três aspectos básicos: 1) o ecletismo como método (historicismo); 2) o método psicológico, elevado à condição de fundamento último da filosofia; e 3) o espiritualismo.

O país ainda contava com a forte presença do pensamento Positivista, Doutrina filosófica que nasceu no século XIX, fundada na França por Augusto Comte (1798–1857). Contemporânea ao evolucionismo de Darwin e Spencer⁸. Comte demonstra a lei dos três estados como a natureza mesma do espírito humano aplicado a cada ramo do conhecimento. Para ele, a ordem, ao desenvolver-se, gera o progresso. A ordem, na sua ânsia de domínio, elimina os direitos, pois esses podem impedir a marcha do progresso. Daí, o positivismo tem “*o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim*”. (COMTE, 1978).

A Filosofia positivista, que se difundia por vários países da Europa durante o século XIX, influenciou os novos ideais também no Brasil. Alguns dos representantes do Positivismo no Brasil foram: Pereira Barreto, um dos principais divulgadores; Benjamin Constant, que com a reforma do ensino, em 1890, instituiu uma cadeira de sociologia e moral no último ano da escola secundária. Evaristo de Moraes Filho esclarece que havia um excesso de dogmatismo e tradicionalismo no ensino da filosofia. Parafrazeando Luís W. Vita, BERGO (1979) refere-se que os positivistas brasileiros estavam divididos em ortodoxos e heterodoxos: os ortodoxos são representados por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, seguidores da religião da humanidade e crentes do grande-ser; os heterodoxos são os dissidentes: Luís Pereira Barreto, Pedro Lessa, Alberto Sales, Vicente Licínio Cardoso e também Benjamin Constant. (BERGO, 1979, p. 102).

O Positivismo encontrou no Brasil um terreno fértil, segundo Bergo (1979). Não havia uma definição clara nas questões políticas e na educação. Sentindo o peso do sistema colonial, a atividade intelectual era incipiente. Para Pereira Barreto, havia uma facilidade de sua expansão graças ao descrédito das câmaras legislativas e ao clero ignorante e desmoralizado (BERGO, 1979, p. 95). Os representantes do Positivismo, no Brasil, não pertenciam à plebe, nem às camadas populares, mas a uma elite intelectual, herdeiros dos antigos donos das fazendas de engenho e de café.

A crítica que os positivistas faziam à Filosofia é de que esta não passava de matéria obrigatória no ensino ou de instrumento para entrar nas universidades; faltava-lhe uma função mais bem definida. O Positivismo veio atender aos anseios organizacionais de vários países da América Latina no século XIX. Adequava-se às exigências de um país que tinha como anseio a modernização.

⁸ “O evolucionismo, corrente de pensamento que está ligado à tendência da filosofia positiva, viria, por sua vez, acentuar, por volta de 1860, a progressiva importância e influência das ciências naturais no domínio do pensamento Europeu. A publicação da “Origem das espécies” de Darwin, em 1859, marca uma mudança na história do pensamento”. (COSTA, 1967, p. 279).

O Pragmatismo foi outro movimento filosófico que conquistou forte influência no pensamento educacional brasileiro no início do século XX. Teve como expoentes, Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey, pois trabalhavam em perspectivas diferentes, tanto nos métodos como nas conclusões. Os temas trabalhados eram: a realidade da transformação sobre a permanência; a relatividade dos valores; a natureza social e biológica do homem; a importância da democracia como modo de vida; e o valor da inteligência crítica em toda a conduta humana. (KNELLER, 1966).

No Brasil, o Pragmatismo filosófico adquiriu forte influência na concepção do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Defendeu a ideia da “Reconstrução educacional do Brasil – ao povo e ao governo”, propondo mudanças no sistema educacional. A educação nova defendia o pragmatismo de forma que o interesse estivesse sempre no indivíduo, tentando superar o domínio do pensamento católico. O texto do Manifesto garantia os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade. A educação dos sexos aparecia como derivada do “direito biológico” à educação. (GHIRALDELLI Jr. 2003).

Dessa forma, o Pragmatismo constituiu presença marcante na educação brasileira, pois fazia oposição clara à educação fundada na visão de que o “mundo ocidental está em crise”, crise nos “aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais”, assim, a ideologia católica entendia que a Igreja era a única capaz de propor uma educação que levasse o “homem à obtenção de seu supremo Fim”. (CURY, 1978, p. 35).

A década de 1930 representou um avanço importante para a educação brasileira, momento de efervescência e conflitos dos ideais entre a camada ligada à religião e às pessoas que lutavam por novas ideias, refletindo-se nas mudanças educacionais. Já estava estabelecida a luta por uma escola pública, laica e gratuita; na prática, era o rompimento com os ideais do catolicismo, que dominara a consciência dos brasileiros até então. O cenário histórico das três primeiras décadas do século XX, por parte dos educadores, era de lutas constantes e profundas contra o analfabetismo. Porém, com a oligarquia no poder, fazia-se necessário “um tipo de educação voltada para a satisfação dos interesses oligárquicos”. “(...) A educação atende exclusivamente as “elites”. (CURY, 1978, p. 18).

As décadas de 1920 e 1930 foram palco desse movimento de modernização da educação e do ensino. Nesse período os “Estados realizaram reformas coordenadas por educadores apoiados nos espíritos democráticos, republicanos e no ideário da escola nova de John Dewey, expoente máximo do escolanovismo nos Estados Unidos”. (BRZEZINSKI, 1996, p. 26).

2. O estabelecimento da Filosofia da Educação no Brasil

A disciplina de Filosofia tem seu lugar na lei 1750 da Reforma Sampaio Dória, de 8 de dezembro de 1920, com o nome de História da Filosofia como componente curricular para o 3º ano⁹ da faculdade de educação da Universidade de São Paulo. A disciplina de

⁹ Antunha (1975), ao descrever a faculdade de educação da Universidade de São Paulo, indica um histórico sobre a legislação que deu suporte para sua criação. “(...) o primeiro passo no sentido da efetiva implantação de uma Escola de Altos Estudos Pedagógicos em São Paulo ocorreria com a reforma Sampaio Dória (Lei n.º 1750, de 8 de dezembro de 1920, e decreto n.º 3356, de maio de 1921). Com efeito, embora esta escola não tenha chegado a

Filosofia da Educação surge como base dos programas de ensino de formação de professores logo no início do século XX. Porém há que se perguntar sobre as intenções que levaram os legisladores a preservar essa disciplina no currículo: Quais eram as preocupações fundamentais que nortearam tal fato? Qual foi a concepção que deu base para que se colocasse a disciplina de Filosofia da Educação nos cursos de formação de professores dos ensinos médio e superior?

A preocupação com a formação de professores começava a criar o debate em torno do assunto. Para se chegar a uma definição mais precisa dos cursos de Pedagogia, tal como hoje a conhecemos, seria necessário mostrar rapidamente alguns passos dos chamados estudos pedagógicos.

[...] foi a Reforma da escola Normal, encetada por Caetano de Campos por intermédio do Decreto Estadual n.º 27, de 12 de março de 1890, o qual é anterior ao próprio Decreto Federal, que, sob a inspiração de Benjamin Constant, que reformou a Escola Normal do Distrito Federal (Decreto 407, de 17/05/1890)”. Segundo o mesmo autor, os Decretos tinham como objetivo “Preparar professores públicos primários, uma vez que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento e que de todos os fatores da instrução popular o mais vital, poderoso e indispensável é a instrução primária, largamente difundida e convenientemente ensinada (ANTUNHA, 1975, p.26).

Após a reforma da instrução pública do Estado de São Paulo, sob amparo da lei estadual n.º 88, de 08 de setembro de 1892, que estabeleceu a criação do ensino secundário, científico e literário, o governo criou *três ginásios para alunos externos*, sendo que um desses estabelecimentos deveria localizar-se na capital do Estado (os únicos mantidos pelo governo estadual durante a primeira República: na capital, em Ribeirão Preto e em Campinas). “Para que esses estabelecimentos pudessem funcionar a contento, haveria que cuidar da formação e do aperfeiçoamento de seus professores”. (ANTUNHA, 1975, p. 27).

Todo o movimento de educadores e governantes em fundar um tipo de escola superior que viesse a preparar o professor das escolas de nível primário e secundário, tendeu à criação, mais tarde, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras¹⁰.

Em 25 de julho de 1938, “sob decreto estadual 9.268-A, extinguiu-se o Instituto de Educação, criando, ao mesmo tempo, a Quarta secção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP – a secção de Educação em que se transformou o Instituto”. (ANTUNHA, 1975, p. 40). Em 1962, “é transformado em Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Em 1.969, os reformadores da USP, ao

instalar-se de fato, criou-se pela lei 1750 uma Faculdade de Educação, com o objetivo de desenvolver altos estudos no campo da educação, da filosofia e das artes e de preparar pessoal de alto nível para as tarefas da educação”. (ANTUNHA, 1975, p. 32).

¹⁰ Almeida Júnior prestou o seguinte depoimento, por ocasião da reforma de 1920: “a Faculdade de Educação, embora chegasse a ser criada por lei, não passou do papel. Mas a semente ficou. Dez anos mais tarde, sob o modesto nome de “Curso de Aperfeiçoamento”. “(...) Em 1933, retocado e engrandecido, reaparece, em todo o esplendor o plano primitivo, com o nome que hoje tem de Instituto de Educação”. (ANTUNHA, 1975, p. 31).

desmembrarem a F.F.C.L., criaram, entre outras unidades, a Faculdade de Educação”. (ANTUNHA, 1975, p.41).

Para encontrar ou definir a concepção de uma Filosofia da Educação brasileira, é importante apontar alguns acontecimentos básicos para a montagem e o acompanhamento dos cursos de formação de professores. No caso da faculdade de pedagogia, em 1968, período da reforma universitária, havia, no Brasil, a pedido do governo, uma equipe orientadora das faculdades de educação:

[...] integrada pelos professores A. Galino, da Universidade de Madri, J. Lauwerys, da Universidade de Londres, e R. Plancke, da Universidade de Gand, tendo permanecido no Brasil de 15 de agosto a 22 de setembro de 1968. Esta equipe pôde se informar sobre as Faculdades de Educação junto aos reitores e professores encarregados dos cursos de pedagogia, sobre a situação das Faculdades de Educação, e discutindo, também, os problemas decorrentes da criação desse novo departamento nas várias universidades do país (LAUWERYS, 1969, p. 305).

Ainda no texto de Lauwerys (1969), encontra-se a disciplina de Filosofia da Educação como componente das chamadas “Ciências Básicas da Educação”. Embora não se registre o conteúdo a ser ministrado, percebe-se que a Filosofia ocupa papel importante e necessário para a formação dos educadores. Dentro da estrutura da Faculdade de Educação, a disciplina de Filosofia da Educação estava no departamento das Ciências da Educação, assim como a Psicologia, Sociologia, História da Educação, Educação Comparada, Estatística Escolar, Biologia e Higiene Escolar, etc. A disciplina de Filosofia da Educação foi garantida no curso de pedagogia criado pela Reforma Universitária 5.540/68, ficando como disciplina da chamada parte comum. (LAUWERYS, 1969, p. 346).

Esse levantamento da legislação nos leva a compreender o papel que a Filosofia da Educação ocupou dentro das Faculdades que preparavam o professor. O caráter tecnicista e pragmático vem à tona nos dizeres do legislador quando fala sobre o ensino das disciplinas, ao mesmo tempo em que se valoriza o papel da Filosofia da Educação, há um “enxugamento” do conteúdo a ser ministrado:

Os cursos dessa especialização precisam revestir a forma essencial de cursos introdutórios aos problemas e aos métodos da ciência ensinada, por exemplo, introdução aos problemas da Psicologia da Educação, da Sociologia Educacional, da História da Educação, da Educação Comparada, da Filosofia da Educação, da Biologia educacional e de Higiene Escolar, de Estatística Escolar, de Didática do Desenvolvimento Infantil, de Administração Escolar, de Educação Rural, de Educação das Crianças Anormais etc.; precisam ter curta duração e ser acompanhados, sempre que possível, por *exercícios práticos*. Entenda-se que a lista de cursos aqui apresentados não esgota o assunto, sendo conveniente levar em conta, principalmente no futuro imediato, os recursos humanos disponíveis. Alguns desses cursos podem constituir desde o início cursos de livre escolha (LAUWERYS, 1969, 323).

Em pesquisa sobre a trajetória da Filosofia da Educação no Brasil, Severino (1999) revela alguns autores que trabalharam com a questão e discutiram o sentido histórico e filosófico da Filosofia da Educação: Creusa Capalbo, Moacir Gadotti, Dermeval Saviani, Maria Betânia de Albuquerque, Maria Ely H. Genro e Silvio Guarde. “A filosofia da educação só vai aparecer com a implantação das escolas normais, criadas no início do século com a finalidade de formar professores para o ensino fundamental”. (SEVERINO, 1999, p. 275).

Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 e a reorganização dos cursos de Pedagogia, a Filosofia da Educação ganha um espaço significativo. Na Lei 5.540/68, da reforma Universitária, a Filosofia da Educação integra o núcleo comum do curso de Pedagogia. Há ainda recomendação para que seja ministrada uma *fundamentação geral, como suporte para a abordagem pedagógica*. (SEVERINO, 1999, p. 276). Severino (1999) informa que Newton Sucupira¹¹, em seu parecer 632/69, é quem dá mais importância à inclusão da Filosofia da Educação no currículo da Pedagogia: “Sucupira considera a Filosofia da Educação uma disciplina aplicada, cabe-lhe apreender a essência da Educação, definir seus princípios e ideias”. (SEVERINO, 1999, p. 277).

Em um livro de História da Educação Brasileira, de Tobias (1972), encontramos uma alusão sobre a Filosofia presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1961.

[...] a Filosofia da Educação da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sintetiza, muito bem, a educação brasileira sendo fruto dessas duas filosofias: tanto a filosofia perene-cristã em seu autêntico e científico sentido, quanto da filosofia social-radical, em suas diversas especificações. Contudo, é principalmente a filosofia tradicional do povo e da tradição brasileira, que vem refletida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (TOBIAS, 1972, p. 450).

O surgimento dos programas de pós-graduação foi importante para despertar uma postura mais investigativa para a Filosofia e a Filosofia da Educação. A PUC de São Paulo tem lugar de destaque por ser pioneira diante da iniciativa do Prof. Joel Martins, docente pesquisador da área de Psicologia Educacional. Tentando romper com a tendência escolástica tomista, que ainda prevalecia no departamento, formou um grupo com docentes que acabavam de se doutorar (Newton Aquiles Von Zuben, Geraldo Tonaco, Dermeval Saviani e Antônio Joaquim Severino). (SEVERINO, 1999). Outros professores integraram o grupo: Joel Martins instalou, ainda, o curso de Mestrado na

¹¹ No parecer nº 632/69, da S.E.Su., aprovado em 2 de setembro de 1969. (Processo 965/69-C.F.E), de título “Conteúdo Específico da Faculdade de Educação, Newton Sucupira fala do papel da disciplina de filosofia da educação: “A filosofia geral é a matriz da filosofia da educação, mas esta, por seu conteúdo, é uma disciplina filosófica especial. Certamente, ela se encontra subalterna à antropologia filosófica e à ética, para usarmos uma linguagem escolástica, e mantém estreitas relações com a epistemologia e a filosofia social. Mas tem objeto formal próprio que a distingue da antropologia filosófica, ou seja, o **homo educandus** e o **homus informandus**. Seu objeto é, primordialmente, “elaborar uma organização sistemática de conceitos e valores que possam orientar a seleção e julgamento dos fins da ação educativa”. (SUCUPIRA, 1969, p. 158).

UNIMER, em Piracicaba; o Prof. Dermeval Saviani teve papel importante na implantação do curso de pós-graduação em Educação da UFSCAR, onde esteve de 1975 a 1978. Na UNICAMP. Dermeval Saviani e Newton Aquiles Von Zuben levaram suas experiências para as iniciativas relacionadas ao curso de Pós-Graduação. (SEVERINO, 1999).

3. Alguns apontamentos sobre a produção em Filosofia da Educação no Brasil

Para discutir as questões de Filosofia da Educação no Brasil, temos como base as análises de algumas publicações já existentes. Porém esta produção, em síntese, demonstra, até certo ponto, alguns aspectos do pensamento educacional brasileiro. O objetivo deste tópico é explicitar os referenciais que marcam o pensamento filosófico no final do século XX e que continua vigente até hoje no Brasil Trata-se de enunciar seus pensadores, os modelos nos quais cada um está inserido e qual sua colaboração para a educação brasileira. Uma questão já explicitada na década de 1980, mas que se torna atual toda vez que a retomamos, é a pergunta sobre a existência ou não de uma *Filosofia da Educação brasileira*.

O sentido de rediscutir essa questão se faz exatamente num momento em que os grandes paradigmas (e as correntes filosóficas que construíram o pensamento ocidental) são postos num “tribunal da Razão”. Evidencia-se uma *crisis* refletida no pensamento educacional, colocando em xeque algumas correntes que influenciaram a educação brasileira por algumas décadas.

Discutir a Filosofia da Educação é complexo, devido à visão filosófica tornar-se velada por boa parte dos educadores neste momento de mudanças. As ideias de transição de paradigmas situam a prática da Filosofia da Educação em plano secundário, pois o que importa, atualmente, são respostas imediatas e fragmentadas, sem uma matriz questionadora. Mesmo assim, “reflexão filosófica no Brasil vem ensaiando seus vôos de autonomia sem se desvincular das grandes tradições e tendências da filosofia tradicional”, permitindo, assim, alguns referenciais para se discutir o papel que a Filosofia da Educação vem desempenhando até agora. (SEVERINO, 1993, p. 133).

Um marco importante para a Filosofia da Educação brasileira foi a presença do Prof. Saviani, com a publicação do livro “Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica”. Na primeira parte, o autor estabelece o “sentido e a tarefa da Filosofia da Educação”. Levanta uma série de questões que desenvolvem os motivos que levam o educador a filosofar. Para Saviani (1.996), o ponto de partida da Filosofia é esse algo a que se dá o nome “problema”. Seu texto está assim distribuído: 1- Noção de problema; 1.1- Os usos e correntes da palavra problema; 1.2- Necessidade de se recuperar a problematicidade do “Problema”; 2- Noção de reflexão; 3- As exigências da reflexão filosófica; 4- Noção de filosofia; 5- Noção de “filosofia de vida”; 6- Noção de “ideologia”; 7- Esquematização da dialética “ação-problema-reflexão-ação”; 8- Noção de filosofia da educação.

Dedica um capítulo à Filosofia na Formação do Educador e mostra que a “Filosofia da Educação deve ser entendida como reflexão sobre os problemas que surgem nas atividades educacionais, bem como seu significado e função”. “que a Filosofia da Educação

só será mesmo indispensável à formação do educador, se ela for encarada, tal como estamos propondo, como uma REFLEXÃO - radical, rigorosa e de conjunto - sobre os problemas que a realidade educacional apresenta”. (SAVIANI, 1996, p. 23).

Outro texto de Saviani (1.984), que marcou o estudo da Filosofia da Educação no Brasil, foi publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, “A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela revista brasileira de estudos pedagógicos”. O autor esclarece que o texto faz uma “periodização das principais concepções de Filosofia da Educação no Brasil”. (SAVIANI, 1984, p. 273).

A educação, até 1944, recebeu influência das seguintes correntes: primeiro, foi fundada no espírito do Tomismo-Aristotélico, que trazia como modelo fundamental a Ratio Studiorum. Esta orientação deteve o monopólio do ensino no Brasil durante, aproximadamente, dois séculos. Depois, no início do século XX, houve a influência da vertente liberal, que promoveu mudanças em relação à vertente religiosa. Na década de 1930, os ideais do escolanovismo, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, fizeram oposição ao grupo dos católicos. Quanto à concepção Filosofia da Educação brasileira, o autor mostra que o momento da Ratio é o que foi classificado de “Concepção Humanista Tradicional na sua vertente religiosa”. Enquanto o momento da educação, no início da república, é classificado de “Concepção Humanista Tradicional na sua vertente leiga”. Aponta, ainda, que a “Concepção Humanista Moderna” ganha impulso a partir de 1924, sendo que, após 1945, é que esta concepção se delineia predominante. (SAVIANI, 1984, p. 275). Após 1944, houve o predomínio da Concepção Humanista Moderna, que tem uma “visão de homem centrada na existência, na vida, na atividade. (SAVIANI, 1984, p. 276). A tendência educacional Humanista Moderna entrou em crise entre 1960 e 1968, período em que se articulou a tendência tecnicista, a concepção analítica e a tendência crítico-reprodutivista.

Outro artigo de Saviani (1.979), publicado pela Revista Reflexão, da Pucamp, n.º 14, maio/agosto de 1979, resultado de uma palestra proferida no IX Encontro de Professores Universitários de Filosofia e História da Educação, em 22 a 24 de julho de 1974, em São Paulo, trata do “magistério de Filosofia e de Filosofia e História da Educação”. Para Saviani (1979), há que se fazer uma distinção entre os professores de história da educação e professores de Filosofia da Educação, sendo que em cada organização programática as disciplinas vão assumindo matizes diferentes. A disciplina tem sido colocada nos cursos de licenciatura, não em caráter obrigatório. Aparecem somente nos cursos de pedagogia. Constata, ainda, que o professor de Filosofia da Educação está mais preocupado com a Filosofia, assim como o professor de História da Educação está preocupado com a História. A questão que levanta Saviani (1979) é que a educação fica na penumbra.

Saviani publicou, em 2007, o livro *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, texto amadurecido, em que retoma as questões apresentadas anteriormente, tratando do levantamento histórico sobre os ideais da educação brasileira desde a colonização do país até os dias atuais.

Mendes (1987) organizou um livro que é uma coletânea de artigos preocupados em responder se existe uma Filosofia da Educação brasileira. Os textos são: de Dermeval

Saviani, “Tendências e Correntes da Educação Brasileira”; de Mendes (1987), “Existe uma Filosofia da Educação Brasileira?”; de Alfredo Bosi, “Cultura Brasileira”; e de José Silvério Baia Horta, “Planejamento Educacional”. Este livro é importante para a Filosofia da Educação brasileira porque traz uma preocupação fundamental, que é a tentativa de buscar uma Filosofia da Educação brasileira por meio de uma questão: existe uma Filosofia da Educação brasileira?

Outro importante material que divulga o trabalho da Filosofia da Educação no Brasil é o livro de Gadotti (1979), “Pensamento Pedagógico Brasileiro”, pela Editora Ática, que faz um levantamento sobre o material publicado na área e seus autores, procurando explicitar as concepções que formam o pensamento pedagógico. Em artigo publicado na Revista “Reflexão”, da Pucamp, no final da década de 70, Gadotti (1979) discute o papel da Filosofia da Educação: “(...) a Filosofia da Educação não poderá tornar-se uma especialidade qualquer com seus “mestres” e seus “peritos”: a meu ver, ela deve ser uma preocupação que concerne finalmente a todos os parceiros, todos os atores da educação (...)”. (GADOTTI, 1979, p. 10).

Critelli (1981) publicou, em 1981, o livro “Educação e Dominação Cultural: Tentativa de Reflexão Ontológica”. Numa visão fenomenológica, baseada no pensamento de Heidegger, a autora reflete sobre sua tese a partir de uma revisão da situação educacional. Trata-se da intenção de repensar o processo educativo como libertação de uma cultura dominada, chamando ao debate para o modo de ser da dominação.

Severino (1993) escreve “Paradigmas Filosóficos e Conhecimento da Educação: Limites do Atual Discurso Filosófico no Brasil na Abordagem da Temática Educacional”. Aborda, na introdução, que o objetivo do texto é “colocar a questão da presença das dimensões política e educacional no discurso filosófico que vem constituindo o tecido da reflexão sistemática da filosofia entre nós”. (SEVERINO, 1993, p. 132). O trabalho de Severino (1993) procura evidenciar as concepções que marcaram nossa cultura filosófica. A Tradição metafísica clássica, a tradição positivista, a tradição subjetivista e a tradição dialética. Comenta, ainda, que a “reflexão filosófica atual no Brasil vem ensaiando alguns voos de autonomia sem se desvincular das grandes tradições e tendências da filosofia ocidental”. (SEVERINO, 1993, p. 133). Resultado de uma pesquisa que o autor realizou entre os professores de Filosofia e Filosofia de Educação, explicita as “inspirações que marcam o pensamento filosófico atual no Brasil”: a tradição metafísica clássica, com sua perspectiva essencialista, o neotomismo, a tradição positivista, que se expressa nas correntes e vertentes neopositivistas e transpositivistas, mantendo, e até certo ponto ainda consolidado, as posturas científicistas, os neo-humanismos, a fenomenologia, a arqueogenealogia e o culturalismo. “Por fim, também vem adquirindo uma consistente expressão filosófica a tradição dialética, representada por correntes vinculadas às diversas vertentes do marxismo e, de modo especial, à dialética negativa fundada na teoria crítica frankfurtiana”. (SEVERINO, 1993, p. 134).

Martins (1993), Professor da Escola Superior de Educação Castelo Branco, Portugal, publica artigo na Revista de Educação e Filosofia, da universidade Federal de Uberlândia, tendo como título *A Filosofia da Educação na Actualidade*. No item 1, o

autor inicia seu texto levantando algumas questões que julga inerentes à própria Filosofia. A primeira está dirigida diretamente ao Ser da Filosofia da Educação: O que é a Filosofia da Educação? Necessita a educação de uma reflexão filosófica? O que a prática educativa fornece à Filosofia, em especial, à Filosofia da Educação? (MARTINS, 1993, p. 155).

A filosofia contemporânea no Brasil: Conhecimento, política e educação, de Severino (1999), propõe um levantamento sobre “a prática da filosofia no atual momento cultural brasileiro, buscando perceber as tendências, os temas e as abordagens que esse discurso filosófico vem assumindo”. (SEVERINO, 1999, p. 11). Neste texto, o autor aponta dados sobre a formação do pensamento filosófico brasileiro, falando da ligação entre a filosofia, a educação e a política como pontos para a construção de um projeto civilizatório, relaciona, dentro de cada época, os principais pensadores que construíram a história do pensamento filosófico no Brasil. No tópico “A questão do sentido do filosofar no contexto cultural brasileiro”, faz uma reflexão importante sobre a Filosofia no Brasil.

O que é Filosofia da Educação é um livro publicado em 1999, sob a coordenação de Guiraldelli Jr. (1999), trata-se de uma coletânea de vários artigos: sendo quatro de autores estrangeiros e seis de brasileiros. Os textos estão assim organizados: “O que é filosofia da educação” – uma discussão metafilosófica: Do advento dos tempos modernos à reconstrução da Filosofia da Educação pelo Neopragmatismo nos tempos contemporâneos, é escrito por Paulo Guiraldelli Jr. Segundo o próprio autor, o texto busca responder à pergunta “o que é Filosofia da Educação?”.

Lançado em 2000, pela editora Unijuí, o livro *Filosofia da Educação: Mimesis e razão comunicativa*, de Trevisan (2000), propõe a Filosofia da Educação a partir do conceito de Mimesis. O autor apresenta o conceito de Mimesis historicamente constituído. Dos gregos, recorre a Platão, Aristóteles e ao aspecto pedagógico da tragédia. Dos modernos, busca explicitar o “lugar da mimesis no discurso da modernidade. Questiona o projeto da modernidade. Recorre a Benjamim e Adorno. No terceiro capítulo, expõe a crise da modernidade “o pós-modernismo e a despedida dos ideais modernos”. (TREVISAN, 2000, p. 248).

Filosofia da Educação, editado pela DP&A, em 2000, de Guiraldelli Jr (2000), faz parte da coleção “o que você precisa saber sobre”. Segundo o autor, “este livro trata dos debates internos à Filosofia da Educação moderna, destacando J. F. Herbart, John Dewey, Émile Durkheim e Paulo Freire. Também disserta sobre o que acontece com a Filosofia da Educação em uma situação pós-moderna”. (GUIRALDELLI Jr, 2000).

O amadurecimento dos cursos de pós-graduação nas várias Universidades colaborou para a organização de grupos de trabalho nesta área, o Grupo de Trabalho da ANPED, o Grupo da UNESP de Marília, o Grupo da USP, e os GT - Filosofia da Educação regionais da ANPED. Há que se destacar, ainda, que alguns grupos de pesquisas estão vinculados a outras áreas da Educação, como, por exemplo, o vínculo com grupos de História da Educação, demonstrando o trabalho incipiente dos Grupos de Filosofia da Educação.

Considerações

O objetivo principal deste trabalho foi o de identificar a trajetória das disciplinas de Filosofia e Filosofia da Educação no Brasil. O estudo apontou as correntes filosóficas que foram hegemônicas em cada momento histórico da Educação brasileira. Embora não tenha sido o papel deste trabalho, o de debater sobre o sentido e o significado da Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores, torna-se possível alguns apontamentos sobre os conceitos da Educação.

As questões levantadas no percurso deste trabalho, de certa forma, estão implícitas na reflexão. O que é fundamental é discutir a relação entre Educação e Filosofia, o sentido de uma para com a outra. Portanto, é o sentido do filosofar sobre a educação dentro de um determinado tempo.

É sobre o já vivido, já pensado, já “sabido” e já “conhecido” que o filosofar faz as primeiras questões, indagações e interrogações. O filosofar não emerge de situações onde os homens inventam problemas para resolver. O filosofar emerge da dúvida, da incerteza e da necessidade. Enquanto, no senso comum, temos certezas e verdades que nos orientam, que nos dão explicações, a origem do filosofar coloca estas certezas e verdades sob suspeita. Na sua origem, o filosofar é sempre desestabilizador, incomodativo e, de certo modo, gerador de inseguranças. (SANFELICE, 1986, p. 148).

A Filosofia não pode ocupar um espaço de mera espectadora dos problemas educacionais, sem problematizar as questões essenciais da educação. É momento de se pensar a prática educativa a partir do olhar filosófico capaz de entender e questionar as contradições presentes nas perspectivas do mundo contemporâneo.

Observa-se que, no Brasil, a preocupação com a manutenção da Filosofia sempre esteve presente nos Cursos de formação de professores, até mesmo nos momentos de regimes políticos ditatórias. No entanto a problemática e o desafio da disciplina de Filosofia da Educação estão na diversidade e na complexidade de propostas que aparecem durante a história da disciplina e da Educação brasileira. Ela só terá sentido se a Educação for tomada como objeto de análise da própria Filosofia. A Educação é um dos espaços em que a Filosofia deverá atuar, fornecendo elementos para o desempenho de uma formação transformadora do homem e de sua realidade.

Referências

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *As origens da Faculdade de Educação*. Educação e Sociedade. São Paulo. n. 01. 1975.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos. 1971.

BERGO, A. Carlos. *O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.1979.

COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. São Paulo. Abril Cultural. 1978. Os Pensadores.

CRITELLI, Dulce Mara. *Educação e dominação cultural: tentativa de reflexão ontológica*. São Paulo. Cortez Editora. 1981.

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã*. RJ. Francisco Alves. 1986.

CURY, C. J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. S. P. Cortez. 1978.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro. Agir. 1952.

GADOTTI, Moacir. *Idéias diretrizes para uma filosofia da educação*. Revista Reflexão. 4 (13), Janeiro/abril. 1979.

_____. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. S.P. Ática. 1987.

GHIRALDELLI Junior, Paulo (org.). *O que é filosofia da educação?* RJ. DP&A. 1999.

_____. *Filosofia da educação*. Rio de Janeiro, DP&A. 2000.

_____. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. São Paulo. Manole. 2003.

KNELLER, George F. *Introdução à Filosofia da Educação*. RJ. Zahar Editores. 1966.

LAUWERYS, J. *Instalação e desenvolvimento das faculdades de educação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Mec/ Inep V. 51, abr./jun. 1969.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938 (tomos I e II); Instituto nacional do livro, 1943 (tomos III e IV), 1945 (tomos V e VI), 1949 (tomos VII, VIII e XIX).

_____. *Características da Companhia de Jesus*. São Paulo. 1989.

MANACORDA, M. A. *História da educação da antigüidade aos nossos dias*. S. P. Cortez. 1989.

MARTINS, Ernesto Candeias. *A filosofia da educação na actualidade*. Uberlândia. 7 (13): 135-154, jan./jun. 1993.

MENDES, Durmeval Trigueiro. *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1987.

PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. SP. Grifalbo-Edusp. 1974.

SANFELICE, José Luis. *O ato pedagógico e o ensino da filosofia*. In: NIELSEN Neto, Henrique (org.). *O ensino de filosofia no segundo grau*. S. P. Sofia editora SAFE. 1986.

SAVIANI, Dermeval. *Contribuição a uma definição do curso de pedagogia*. Didata (5). São Paulo, PUC, 1976, p.13-22.

_____. *A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 65 (150): 273-90, maio/agosto. 1984.

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. S. P. Cortez/A. Associados. 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Paradigmas Filosóficos e Conhecimento da Educação: Limites do Atual Discurso Filosófico no Brasil na Abordagem da Temática Educacional*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.74, n.176. jan./abr. 1993.

_____. *Filosofia da educação no Brasil: esboço de uma trajetória*. in. *O que é Filosofia da Educação?* Rio de Janeiro, DP&A. 1999.

SUCUPIRA, Newton. *Conteúdo específico da faculdade de educação*. Brasília. 1969. Documenta. CFE. N° 105. Setembro de 1969.

TOBIAS, José Antônio. *História da educação brasileira*. 1972.

TREVISAN, A. L.. *Filosofia da educação: Mímesis e razão comunicativa*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ. 2000.

Recebido em dezembro de 2009

Aprovado em março de 2010